

## **Tá na mesa! O público, o privado e a ação coletiva nos relatos da fanpage ‘Eu, Empregada Doméstica’\***

### **On service! Public, private and collective action on testimonials of ‘Eu, Empregada Doméstica’ fanpage**

Ana Beatriz Bretas de Araújo\*\*

#### **Resumo**

O presente trabalho se propõe a contribuir com os estudos sobre ativismos em redes digitais, bem como com as pesquisas sobre trabalho doméstico remunerado. Nosso objetivo é compreender de que maneira sujeitos historicamente distantes dos espaços políticos tradicionais criam enquadramentos para narrar suas experiências de opressão nos sites de redes. Para isso, empreendemos uma análise dos relatos da fanpage “Eu, Empregada Doméstica”. Conclui-se que as participantes atuam politicamente contando sobre vivências do cotidiano de trabalho e que iniciativas como essa tem como contribuição pautar a agenda pública e criar dinâmicas de reconhecimento entre as manifestantes.

**Palavras-chave:** Ação coletiva, ativismo digital, trabalho doméstico remunerado

#### **Abstract**

The present work proposes to contribute with the studies on activism in digital networks, as well as with the research on paid domestic work. Our goal is to understand how historically distant subjects from traditional political spaces create frameworks to narrate their experiences of oppression on network sites. For this, we undertake an analysis of the accounts of the fanpage Eu, Maid. It is concluded that the participants act politically telling about daily life experiences and that initiatives such as this have as contribution to guide the public agenda and create dynamics of recognition among the protesters.

**Key-words:** Collective action, digital activism, paid domestic labour

---

\* Trabalho realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, e apresentado no GT 5 – Comunicação e Política do XIV Poscom PUC-Rio, de 21 a 24 novembro de 2017.

\*\* Mestranda em Comunicação pelo PPG-Com UFF.

## 1. Introdução

Quando eu cheguei em Brasília o primeiro emprego que consegui foi de doméstica. Assim que me mostrou a casa a patroa me mostrou alguns objetos e disse vc só pode comer nesse prato com esse talher e essa xícara. Não pode de jeito nenhum usar os mesmos objetos que a gente. (Relatante 1, 21/7/2016)<sup>1</sup>

Junto a muitos outros, o relato acima compõe a matéria-prima da fanpage “Eu, Empregada Doméstica”, criada no Facebook em julho de 2016. A iniciativa partiu da rapper, professora de história e ex-empregada Preta Rara, que também atende pelo nome de Joyce Fernandes. Anos após largar o serviço doméstico, em um momento de contato com o passado, Preta Rara postou em seu perfil pessoal a memória reproduzida abaixo:

Joyce, você foi contratada pra cozinhar pra minha família e não pra vc. Por favor, traga marmita e um par de talheres e se possível coma antes de nós na mesa da cozinha; Não é por nada tá filha, só pra gente manter a ordem da casa (Patroa Jussara, em Santos 2009 – meu último emprego como doméstica). #EuEmpregadaDoméstica (Joyce Fernandes, 19 de julho de 2016)

Para sua surpresa, essa postagem recebeu milhares de curtidas e compartilhamentos, conectando-a a diversas outras mulheres que viveram experiências similares e quiseram dividir com ela suas próprias histórias. Diante das narrativas que chegaram a suas mãos, Preta teve a iniciativa de criar uma fanpage na qual poderia publicá-las em caráter anônimo. Tal qual sua primeira postagem, a página obteve sucesso imediato, chegando a 100 mil seguidores nos primeiros meses de existência. Entre os discursos sem face, proferidos por centenas de vozes, ouvimos histórias que se repetem: agressões físicas e morais, acusações de roubo, exploração, discriminações, que não representam casos isolados, mas o próprio esqueleto cultural do trabalho doméstico no Brasil.

A partir da análise deste projeto, o presente trabalho pretende contribuir, simultaneamente, com os estudos sobre serviço doméstico no Brasil e com as pesquisas sobre ativismo digital. Os sites de redes sociais são cada vez mais usados como plataforma para mobilização política, tanto através de manifestações online quanto como para promover atos de rua. Sua potência passa a nos interessar quando esses ambientes são usados por grupos com baixo ou nenhum índice de representação nos espaços políticos tradicionais para promoverem organicamente suas demandas.

Diversos são os autores que vêm constatando, nas últimas décadas, a queda na confiança relegada às instituições (VAN-ZOONEN, 2012; PUTNAM, BENNET E SERGBERG, 2012; YOUNG, 2006). Por conseguinte, ganham força formas de engajamento político que permitem que os sujeitos enunciem seus próprios discursos sobre as causas que lhes concernem (BENNET E SERGERBERG, 2013). A internet, neste sentido, torna-se um meio propício para protestos.

Desejamos observar como se dá a atuação dos sujeitos neste espaço. Para isso, propomos uma análise dos depoimentos da página na qual observamos: (a) quem são os autores e (b) como e quais formas de abuso narram. Paralelamente, traçamos um debate sobre o cenário do trabalho doméstico no Brasil no qual consideramos suas raízes históricas, dados socioeconômicos sobre o perfil das empregadas domésticas no país e os atravessamentos de classe, raça e gênero que podem explicar os abusos que serão aqui explicitados. Por fim, desejamos discutir o caráter de manifestações em um contexto mais amplo de aparição de novas formas de engajamento no on-line e suas potências e limites.

## **2. Classe, raça, gênero e trabalho**

Os primeiros debates sobre trabalho doméstico surgiram nas décadas de 60 e 70, pautados por teorias feministas e marxistas. Elas o compreendiam como uma forma velada de exploração de mão de obra, apontando o exercício de trabalho reprodutivo sem remuneração como um dos principais entraves para a emancipação feminina (VOGEL, 2000; MOLYNEUX, 1979). Com base em Marx, o trabalho doméstico é compreendido como elemento reprodutivo da força de trabalho que, embora não contabilizado na economia, é um alicerce do sistema de produção (DELPHY, 2015).

Especialmente nos anos 1960, um conjunto de teóricos defendia que à medida que mulheres integrassem a força de trabalho capitalista teriam mais poder para negociar a divisão de tarefas no lar (BREEN E COOKE, 2005). Aqui, é preciso ponderar que essa perspectiva diz respeito apenas a mulheres de renda mais alta, uma vez que o trabalho feminino em condições precárias sempre fez parte a sociedade (BIROLI, MIGUEL, 2014). Todavia, a entrada deste novo grupo de mulheres no mercado de trabalho e no ensino superior não fez com que a atividade doméstica deixasse de ser uma atividade feminina (BRENN E COOKE, 2005). Nos lares das classes mais ricas, ele é hoje exercido por mulheres mais pobres e se caracteriza pela informalidade e pelos baixos salários.

No Brasil, 93% das pessoas ocupadas no trabalho doméstico remunerado são mulheres (OLIVEIRA, 2016). Os estudos que procuram compreender esta persistente sobrerrepresentação apontam para uma análise que extrapole o enquadramento econômico dado nas produções iniciais sobre o tema. Eles desenvolvem o conceito de “feminização do trabalho” (GUTIERREZ-RODRIGUEZ, 2014) para explicar a desvalorização de determinadas atividades historicamente exercidas por mulheres. Além de consideradas inferiores, a capacidade necessária para sua execução é culturalmente atrelada a uma “natureza feminina” (GUTIERREZ-RODRIGUEZ apud BRITES, 2013). Isto implica na invisibilização das aptidões profissionais das trabalhadoras domésticas (SOARES, 2016), contribui para sua baixa remuneração e relega a ocupação a mulheres financeiramente vulneráveis.

É também um trabalho marcado por distinções de raça e etnia. Na Europa Ocidental a maior parte destas trabalhadoras são imigrantes pobres (GUTIERREZ-RODRIGUEZ, 2014) e em nosso país 79,8% são negras (DIEESE). Enquanto alguns pesquisadores (FERNANDES, 1978; IANNI, 1972) acreditavam que após a abolição, com o desenvolvimento do capitalismo industrial, a raça deixaria de existir enquanto elemento definidor da divisão do trabalho – uma vez que trabalhadores negros passariam a ser considerados a partir de seu potencial na escala de produção, estudos publicados nas últimas décadas (BENTO, 1995; ABRAMO, 2005) apontam para a manutenção do controle racial do trabalho (QUIJANO, 2000).

Em 2006, as mulheres negras compunham “18% da população economicamente ativa e segundo estatísticas do PNAD sofrem desvantagem na maior parte dos indicadores do mercado de trabalho” (ABRAMO, 2005). A taxa de desemprego entre elas é quase o dobro daquela entre homens brancos. Se os trabalhadores negros recebem em média 50% do que ganham os brancos, quando o recorte é feito sobre as mulheres o número diminui para 32% (ibid). Uma comparação entre os salários de homens brancos e mulheres negras, ambos com 11 anos ou mais de estudos, mostra que elas recebem 46% do salário médio deles (ibid).

Para Anibal Quijano (2005), o desenvolvimento da ideia de raça tem intrínseca ligação com a divisão do trabalho – ele surge durante a colonização da América como forma de diferenciar colonizadores e escravos. Neste processo histórico, identidades raciais passam a ser naturalizadas como fator condicionante da distribuição de posições na escala produtiva.

A classificação racial da população e a recente associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não remunerado, não assalariado, do trabalho, desenvolveu nos europeus ou brancos a percepção

específica de que a remuneração era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos de receber salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. (QUIJANO, 2000, p. 4)

A partir da análise da página e de uma breve pesquisa acerca da regulamentação dos direitos das empregadas domésticas, acreditamos que o trabalho doméstico remunerado é um lugar privilegiado para se pensar a persistência da divisão racial do trabalho, já apontada por Quijano (2005, p. 6): “O trabalho indigno destinado ao colonizado, mescla-se a identidade de seu executor que passa também a ser percebido como indigno de direitos”.

No caso das trabalhadoras domésticas, apontamos que esta remanescência implica que seja esta uma das profissões com mais entraves em sua regulamentação. O primeiro sindicato da classe surge em 1936, mas apenas em 1972 o trabalho doméstico começa a ser regularizado (OLIVEIRA, 2016). O teto de jornada de 44 horas semanais e 8 horas diárias, a hora extra e o recolhimento do FGTS, direitos já garantidos aos trabalhadores em geral, chegam tardiamente no ano de 2013, com a PEC 66/2012. Apesar dos avanços legais, 73% das trabalhadoras domésticas ainda atuam na informalidade (ABRAMO, 2005).

Finalizamos esta seção com uma reflexão de Quijano (2005), a qual voltaremos mais à frente na discussão de resultados. Segundo o autor, o atrelamento entre controle do trabalho e identidade racial cria um cenário no qual ambos se retroalimentam. Acreditamos que o mesmo é válido para as relações de gênero e classe com trabalho. Desta maneira, o trabalho doméstico remunerado não se configura apenas como lugar de expressão de preconceitos, mas como atividade que contribui para sua consolidação.

### **3. Discriminações públicas, histórias privadas**

Desde o seu surgimento, os potenciais democratizantes da internet social chamam atenção dos cientistas políticos. Em princípio, acreditava-se que a diminuição dos custos para a produção e distribuição de conteúdo levariam à pluralização do discurso político e ao aumento da participação cidadã e aproximação entre representantes e representados (ALDÉ, 2011). Embora estas possibilidades continuem sendo perseguidas pelas pesquisas de Internet e Política, com o passar do tempo os olhares tornaram-se menos otimistas. Ainda que iniciativas de engajamento sejam continuamente promovidas por órgãos públicos e movimentos sociais (CAPONE et al, 2016; SILVA, 2016), desafios como a exclusão digital (RIBEIRO E BARBOSA, 2016) e a falta

de capital político entre os setores historicamente excluídos dos espaços de deliberação tradicionais (FREITAS, 2016) precisam ser colocados na balança.

Ambas as questões atravessam nosso objeto. Pesquisas indicam que, entre as classes D e, o acesso à internet ainda alcança apenas 14% da população. Na classe C, o número sobe para 48% (Comitê Gestor da Internet), o que impõe limitações para que a página alcance aquelas que representa. Por outro lado, o entrave que o distanciamento dos códigos e condutas da política tradicional poderia causar a essas propostas de engajamento online é minimizado com a participação a partir do envio de relatos íntimos.

As dinâmicas de ação coletiva que surgem com as tecnologias digitais caracterizam-se pela permeabilidade dos limites que compunham os modelos tradicionais de organização – como por exemplo a separação entre interesses públicos e privados (BIMBER et al, 2012). Na medida em que estas fronteiras se deslocam, a política pode ser discutida a partir de uma perspectiva individual. O falar de si, em determinados contextos, passa a ser instrumento de engajamento. Se nas manifestações tradicionais a identidade era definida a priori pelas organizações que estavam detrás delas, estes novos formatos abrem espaço para a construção conjunta das bandeiras e discussões mobilizadas através de enquadramentos pessoais (BENNET E SEGERBERG, 2012).

Embora muito se discuta sobre a real eficácia destes protestos, que alguns chamam pejorativamente de ativismo de sofá (CHRISTENSEN, 2011), acreditamos que o grande ganho é tornar a política mais acessível a pessoas que eventualmente não possuam capital simbólico, tempo hábil ou outras condições para se envolverem em formas de ação tradicionais. O que a página “Eu, Empregada Doméstica” faz é reunir num espaço comum histórias sobre o trabalho doméstico contadas do ponto de vista das empregadas – que compõem um grupo que pouco ocupa os lugares centrais de enunciação do discurso.

Quando alocados desta maneira, depoimentos particulares começam a constituir uma narrativa coletiva. Através de diálogos informais, os temas trazidos por aquelas mulheres são politizados (MANSBRIDGE, 1999) e se deslocam do privado para o público. Neste movimento cria-se uma perspectiva na qual experiências individuais compartilhadas passam a ser enxergadas como uma vivência comum entre determinados sujeitos que passam a se compreender como membros do mesmo grupo identitário.

O surgimento de movimentos sociais depende da existência de uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal

como algo que afeta não só o eu individual, mas também um círculo de muitos outros sujeitos. (HONNETH, 2003, p. 258)

As envolvidas devem ser capazes de caracterizar e nomear seu sofrimento. É preciso que as experiências de não-reconhecimento (HONNETH, 2003) encontrem lugar de expressão, que passem existir enquanto semântica coletiva. Encaramos a página como espaço virtual de troca de vivências pessoais e consequente construção de identidades coletivas. Ela também cumpre a função de pautar a agenda pública e disseminar informação sobre um assunto de interesse comum. Por fim, constitui-se como espaço facilitador de denúncias e protestos para um grupo que, por sua vulnerabilidade, poderia encontrar inúmeros entraves neste sentido.

#### **4. Análise de resultados: relatos sobre o trabalho doméstico**

Com o intuito de aferir um entendimento aprofundado da ação coletiva mobilizada na fanpage e seus potenciais efeitos, preparamos uma análise dos relatos ali publicados nos três primeiros meses (de 21/6/2016 a 31/9/2016). Compreendemos este estágio inicial como momento de efervescência, no qual a página foi destaque em grandes veículos de comunicação e os relatos chegaram a ser publicados uma vez a cada meia hora.

Este corpus reuniu 140 relatos, coletados a partir do aplicativo Netvizz e manipulados no Excel. Afim de descobrir quais eram as principais questões mobilizadas ali, os codificamos de acordo com suas temáticas. As categorias de codificação foram criadas a partir da observação prévia dos relatos somada a pesquisa acadêmica sobre o trabalho doméstico remunerado. Optamos por combinar a análise qualitativa à quantitativa, uma vez que desejávamos comparar entre si a incidência das pautas.

Desenvolvemos seis categorias: discriminação social, violência sexual, trabalho infantil doméstico, violação de direitos trabalhistas, trabalho análogo à escravidão; e restrições sobre a alimentação. Ao analisar os depoimentos sobre violação de direitos trabalhistas, observou-se que havia graus diferentes de exploração em jogo nos discursos, por isso foi criada a categoria trabalho análogo à escravidão. Uma vez que muitos dos relatos mobilizavam mais de uma categoria, optamos que elas não fossem exclusivas. Segue abaixo uma tabela com a descrição detalhada.

Tabela 1 – Temáticas dos relatos da fanpage “Eu, Empregada Doméstica”

Categoria	Descrição
Discriminação social	Relatos que narravam discriminações raciais, sociais ou de gênero.
Violência sexual	Relatos que narravam abuso ou assédio sexual.
Trabalho infantil domésticos	Relatos nos quais se explicitava o exercício do trabalho doméstico na casa de terceiros antes dos 18 anos de idade.
Violação de direitos trabalhistas	Relatos nos quais se explicitava a violação de algum direito trabalhista.
Trabalho análogo à escravidão	Relatos que narravam formas de exploração análogas à escravidão, segundo o artigo 149 do Código Penal <sup>2</sup> . Relatos que traçam um paralelo entre trabalho doméstico e escravidão.
Restrições sobre a alimentação	Relatos que narravam limitações impostas pelos patrões em relação à alimentação das empregadas. Alguns exemplos são a proibição de comer determinados alimentos ou em determinado local. Em alguns casos, mulheres receberam comidas estragadas de seus patrões e passaram fome durante o trabalho.

Constatamos que as denúncias mais comuns eram a restrições sobre a alimentação das trabalhadoras domésticas, presentes em 37% (52) dos relatos. Observamos que os relatos costumam diagnosticar este tipo de abuso como fruto de desvio moral ou discriminação. Também procuram deixar claro que as restrições não são uma forma de economia, mas um tipo de agressão.

Todas tem uma coisa em comum mesquinhos! Jogam comida no lixo mas não te oferece! Eu e a emprega tínhamos que comer a comida do dia anterior assim não havia desperdício. Não tínhamos direito a suco ou refrigerante isso era tirado da mesa. Um dia eu e a empregando pegamos um copo de refrigerante sem pedir. A patroa descobriu e fez um barraco Isso foi de algumas vezes que ela nos humilhou. No dia seguinte a patroa começou a colocar uma marca com a caneta em todas as garrafas...assim ela sabe se alguém roubou um copo de guaraná. (Relatante 3, 2016)

As trabalhadoras também apontam a relação entre eventuais doações e um desejo de afirmar a hierarquias entre patrões e empregados. Problematizam o imaginário dos contratantes sobre os hábitos de consumo das domésticas.

(...) A Sra. Muito educada foi até a cozinha, pegou com a mão a carcaça dos perus e começou a limpar os ossos, vezes colocava na boca outras no pote velho de sorvete. Já conhecia a fama da bonita e quando ela virou as costas joguei tudo pros cachorros. Quando estava me preparando para sair ela disse: - Cadê o pote? - pensei que era pros cachorros. -Tava tão gostoso, separei para vc. levar pra sua ceia. - Preocupa não dona! Meu pernil já esta na padaria assando. Não entendo, sempre trabalhei no Natal porque a grana é boa. As vezes se ganha em dois dias o que se leva o mes inteiro para ganhar. Mas eles pensavam que eu estava la por comida. Já passei cada uma no Natal. (Relatante 4, 10/8/2016)

Mencionam trabalho escravo 25% (35) dos relatos. Em 13 deles, são as relatantes que fazem a analogia entre escravidão e as situações vivenciadas. Nos outros casos, narram regimes de trabalho similares ao que o Código Penal 149 classifica como “trabalho escravo”.

Hoje tenho 30 anos e trabalho numa empresa e sim ainda conheço algumas pessoas que se acham mais que os outros mas nada se compara as humilhações que passei como doméstica. Por vezes eles acham que vc é um escravo (Relatante 6, 20/9/2016).

Meu horário era de 06:00 até as 18:00 muitas vezes se estendendo! As festas não tinham hora pra terminar! Um belo dia depois de 3 anos trabalhando para família com o mesmo salário resolvi pedir um aumento. O que ouvi era que o que eu ganhava era muito já que eu não pagava moradia e nem comida! Segundo ela qualquer outro patrão descontaria do meu salário despesas como luz água e comida! (Relatante 7, 10/9/2016).

Optamos por expor em detalhes os conteúdos destas duas categorias, uma vez que representam as mais recorrentes formas de abuso encontradas nos relatos. Outros dados demonstraram que 25% (35) mencionam trabalho infantil doméstico, e 22,8% (32) algum tipo de discriminação. As denúncias sobre violação de direitos trabalhistas correspondem a 18,5% (26) dos casos, e 8,5% (12) mencionaram violência sexual.

A análise também se preocupou em deprender as autorias dos relatos, uma vez que à primeira vista grande parte foi enviada por parentes ou conhecidos das trabalhadoras. Percebemos que 58,6% (82) são de autoria de terceiros, na maioria dos casos filhas/filhos e netas/netos. Estes números podem ser pensados por uma perspectiva de ascensão social destas famílias, uma vez que em alguns casos os relatantes demonstram ser pessoas que não seguiram a ocupação de seus ascendentes.

Eu sou bolsista integral pelo Prouni e estudo na mesma faculdade que a filha da patroa. Conversa vai conversa vem ela soltou a notícia da minha bolsa na Anhembi Morumbi para a chefe e ela embasbacada soltou que a filha estuda na mesma universidade porém pagando. Hehehe (Relatante 11, 25/9/2016)

Por isso prefiro contar que ela superou tudo isso p criar 4 filhos sozinha voltar a estudar aos 45 anos cursar gastronomia pós tecnologia em alimentos e nutrição e hj se tornar uma grande gastrônoma e Chef de Cozinha independente respeitada e que não precisa mais se submeter a situações humilhantes. Uma guerreira uma vencedora que espero sirva de inspiração a muitas mulheres que passam por isso ainda hj p que não percam a fé em si e na vida. (Relatante 12, 21/8/2016)

De maneira geral, na análise de relatos pode-se perceber que as denúncias são feitas, na maioria das vezes, no formato de relatos íntimos em enquadramentos que priorizam a narrativa de experiências específicas. Estas poderiam se passar por casos pontuais se não fossem colocadas junto a centenas de outras histórias que demonstram, na verdade, diversas expressões particulares de uma mesma cultura de relações entre patrões e trabalhadoras domésticas.

Poucos foram os relatos que mencionaram o racismo ou o machismo como causa para os abusos vividos. A discriminação baseada em um recorte de classe aparece com mais clareza nos depoimentos. Em geral, os comportamentos dos patrões são pensados como decorrência de um desvio moral. Também não são feitas pelas relatantes propostas de ação coletiva que enfoquem a transformação dessas relações.

Diante disso, alguns poderiam colocar em questão a eficácia destas ações e o real engajamento dos participantes. Argumentamos aqui que, de forma similar a manifestações de rua, este tipo de protesto procura chamar a atenção pública para determinado debate. A página também pode ser pensada como um espaço de diálogo entre patrões e empregadas, com a vantagem de proteger o lado mais vulnerável pelo anonimato. Propõe um espaço de reflexão e reenquadramento de experiências traumáticas vivenciadas no trabalho. Nele, os indivíduos podem perceber que suas vivências de não-reconhecimento fazem parte das experiências de um grupo maior, o que restitui parte de seu orgulho e autoestima (HONNETH, 2003).

Por fim, retomando a reflexão de Quijano (2005), para quem o controle do trabalho atrelado ao racismo cria um cenário em que ambos se retroalimentam, e compreendendo que o mesmo acontece com as relações de gênero, acreditamos que, ainda que os depoimentos não mencionem diretamente estas formas de discriminação, ao denunciarem os espaços onde elas são nutridas, estão contribuindo para o seu fim.

## Considerações finais

O trabalho procurou observar como novas formas de manifestação online estão sendo instrumentalizadas por grupos historicamente distantes dos espaços tradicionais de poder para autopromoverem as causas que os concernem. Para isso, propôs uma avaliação da Fanpage “Eu, Empregada Doméstica” que reúne relatos de mulheres que sofreram agressões físicas, morais e psicológicas no exercício do trabalho doméstico remunerado.

Primeiro, procuramos abordar os principais atravessamentos explorados na literatura sobre trabalho doméstico remunerado: gênero, raça e classe. Trouxemos conceitos como o de feminização do trabalho, bem como o entrelaçamento histórico entre raça e divisão do trabalho na América Latina. Também pincelamos brevemente a luta por direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil.

Depois procuramos contextualizar a ação política exercida na página junto a um outro conjunto de protestos exercidos em redes sociais a partir do compartilhamento de enquadramentos pessoais. Os compreendemos como parte de uma mudança mais ampla na cultura política dos movimentos sociais, que revê os limites tradicionais entre público e privado.

Por fim, apresentamos os dados sobre os depoimentos nos quais pode-se perceber o caráter íntimo dos relatos e a atribuição dos abusos mais a desvios morais dos patrões do que a traços culturais da sociedade. Compreendemos que a partir destes aspectos pode-se questionar a eficácia e o real engajamento propiciado por esses protestos. Diante disso, argumentamos que seus principais ganhos são: (a) chamar a atenção pública para uma pauta; (b) promover um espaço diálogo entre os envolvidos, no qual as trabalhadoras são protegidas pelo anonimato; (c) estimular a reflexão e reenquadramento de experiências traumáticas; (d) denunciar um lugar em que as discriminações são alimentadas, contribuindo para seu fim.

## Notas

1. Todo os relatos foram retirados da página do Facebook “Eu, Empregada Doméstica”. A transcrição optou por manter eventuais erros de grafia.

2. Artigo 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: (...)

§ 1o. Nas mesmas penas incorre quem: I- cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

## Referências

- ABRAMO, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. In: **Ciência e Cultura**, vol. 58, n. 4, 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/2wkCtPd>>. Acesso em: 10/09/2017.
- ALDÉ, Alessandra. O internauta casual: notas sobre a circulação da opinião política na internet. In: **Revista USP**, 90, 2011.
- BENTO, M.A.S. A mulher negra no mercado de trabalho. **Estudos Feministas**, 3 (2), 1995.
- BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. The logic of connective action. In: **Information, Communication & Society**, 15(5), 2013.
- BIMBER, B. et al. **Collective Action in Organizations: Interaction and Engagement in an Era of Technological Change**. Nova York: Cambridge University Press, 2012.
- BREEN, R.; COOKE, L.P. The persistence of the gendered division of domestic labour. **European Sociological Review**, Volume 21, Issue 1, 1 February, 2005.
- BRITES, Jurema Gorski. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. In: **Cadernos de pesquisa**, v. 43 n. 149 p. 422-451 maio/ago, 2013 Disponível em: <<http://bit.ly/2xMkEfp>>.
- CAL, D.G.R. **Comunicação e trabalho infantil doméstico: política, poder e resistências**. Salvador: Editora UFBA, 2016.
- CAPONE, L. et al. Superposters, especialização e serviço: a primeira consulta pública do Marco Civil da Internet no Twitter. In: **Democracia Digital, Comunicação Política e Redes - Teoria e prática**. Rio de Janeiro, Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.
- CHRISTENSEN, H.S. Political activities on the internet: slacktivism or political participation by other means? In: **First Monday**, v. 16, n. 2, fev. 2011.
- DELPHY, C. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 17. Brasília, 2015.
- FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**, São Paulo, Africa, 1978.
- FREITAS, Christiana Soares de. Mecanismos de Dominação Simbólica nas Redes de Participação - Política Digital. In: **Democracia Digital, Comunicação Política e Redes – Teoria e prática**. Rio de Janeiro, Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.
- GUTIERREZ-RODRIGUEZ, Encarnación. Domestic work–affective labor: On feminization and the coloniality of labor. In: **Women’s Studies International Forum**, 46, Justus-Liebig University Giessen, Germany, 2014.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- IANNI, Octavio. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972
- MANSBRIDGE, Jane. Everyday talk in deliberative system. In: MACEDO, S. (org.). **Deliberative politics: essays on democracy and disagreement**. Oxford: OUP, 1999.
- MIGUEL, L.F.; BIROLI, F.; **Feminismo e política**. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.
- MOLYNEUX, M.. Beyond the domestic labour debate. **New Left Review**, n. 116, 1979, p. 1-27.

OLIVEIRA, Creuza. Trabalhadoras Domésticas: nossas conquistas, nossas histórias. In: TRÓPIA, Patrícia Vieira; TOSTA, Tania Ludmila Dias; GONÇALVES, Eliane; VANNUCHI, Maria Lúcia; SOUZA, Márcio Ferreira. **Mulheres Trabalhadoras: (in) visíveis?**. Belo Horizonte, Editora Fino Traço, 2016.

PUTNAM, Robert D. **Bowling alone: America's declining social capital**. Journal of Democracy. v. 6, n. 1, p.65-78, jan. 1995.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RIBEIRO, M.M.; BARBOSA, A.F. Medição do uso da internet para a participação: desafios para governo e sociedade no Brasil. In: **Democracia Digital, Comunicação Política e Redes - Teoria e prática**. Rio de Janeiro, Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

SOARES, Angelo. (In) Visíveis: gênero, emoções e violências no trabalho. In: TRÓPIA, Patrícia Vieira; TOSTA, Tania Ludmila Dias; GONÇALVES, Eliane; VANNUCHI, Maria Lúcia; SOUZA, Márcio Ferreira. **Mulheres Trabalhadoras: (in) visíveis?**. Belo Horizonte, Editora Fino Traço, 2016.

SILVA, Sivaldo Pereira da. O uso de fóruns on-line na eleição do Conselho Nacional de Políticas Culturais: modos de apropriação por eleitores, candidatos e governo. In: **Democracia Digital, Comunicação Política e Redes - Teoria e prática**. Rio de Janeiro, Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

VAN ZONEN, Liesbet. I-Pistemology: changing truth claims in popular and political culture. In: **European Journal of Communication**, 27(1), 2012.

VOGEL, Lise. Domestic Labor Revisited. In: **Science & Society**, vol 64, nº 2, Summer 2000.

YOUNG, Iris. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, v. 67, p.139- 190, 2006.